

O Senhor dos Passos e a mudança da capital de Sergipe: histórias cruzadas entre a política e as devoções

*Magno Francisco de Jesus Santos**

Resumo

Este artigo tem como escopo pensar o entrecruzamento entre a história política e religiosa, por meio da elucidação do episódio da mudança da capital da província de Sergipe nos idos de 1855. O episódio se tornou o principal capítulo da historiografia sergipana e desencadeou um vasto repertório de críticas, praguejamentos e embates historiográficos. Neste artigo busco pensar o acontecimento a partir de seu contraponto com a romaria do Senhor dos Passos, realizada anualmente no segundo final de semana da Quaresma, ocasião na qual a cidade de São Cristóvão transmuta-se em capital católica de Sergipe. Para isso, aciono como fonte registros historiográficos, mnemônicos e a tradição oral.

Palavras-chave: Senhor dos Passos, mudança da capital de Sergipe, São Cristóvão.



* Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – 2. E-mail: magno.santos@ufrn.br . Agradeço a Professora Dra. Terezinha Oliva pelas observações a partir da leitura do original.

The Lord of Passos and the change of the capital of Sergipe: stories crossed between politics and devotions

El Señor de los Pasos y el cambio de capital de Sergipe: historias cruzadas entre la política e las devociones

Abstract

This article aims to think about the intersection between political and religious history, through the elucidation of the episode of the change of the capital of the province of Sergipe in 1855. The episode became the main chapter of Sergipe historiography and triggered a vast repertoire of criticism, swearing and historiographical clashes. In this article I seek to think about the episode from its counterpoint with the pilgrimage of Senhor dos Passos, held annually on the second weekend of Lent, an occasion in which the city of São Cristóvão becomes the Catholic capital of Sergipe. For this, I use historiographic, mnemonic records as a source and the oral tradition.

Keywords: Senhor dos Passos, change of the capital of Sergipe, São Cristóvão.

Resumen

Este artículo tiene el escopo de pensar la conexión entre la historia política e religiosa por medio de la elucidación del episodio del cambio de capital de la provincia de Sergipe en el año de 1855. El episodio ha tornado el principal capítulo de la historiografía sergipana y ha resultado en un largo repertorio de críticas, jurando y confrontaciones historiográficas. En este artículo, busco pensar el evento a partir de su contrapunto con la romería del Señor de los Pasos, realizada anualmente en el segundo final de semana de la Cuaresma, ocasión en la cual la ciudad de São Cristóvão era transmutada en la capital católica de Sergipe. Así, utilizo como fuente los registros historiográficos, las memorias y la tradición oral.

Palabras-clave: Señor de los Pasos, cambio de capital de Sergipe, São Cristóvão.



Primeiro de março de 1855. Quinta-feira da segunda semana da Quaresma. Nas estradas próximas ao Vaza-Barris, levas de romeiros provenientes dos mais variados rincões da província, se deslocavam em direção à cidade de São Cristóvão, imbuídos de participar da principal celebração católica de Sergipe. Pelas ruas da velha capital, o movimento já era considerado descomunal, com devotos que se alojavam nos velhos casarões e transitavam entre os templos da cidade alta. Nas palavras tecidas por Serafim Santiago:

Quando se aproximava o segundo Domingo da quaresma, dia consagrado a tradicional procissão dos Passos na legendária Cidade de São Christovão, desde cedo e alguns dias antes, a multidão se dirigia para ali em contínua romaria e com a maior reverência afim de assistir a dolorosa memoração da tragédia da rua da Amargura, “o encontro da formosa filha de Sião com o filho unigênito”, acto verdadeiramente imponente e respeitável que ainda hoje se celebra na ex-Capital Sergipana. Hoje que o nosso Estado acha-se dotado de uma estrada de ferro, havendo um trem diário para aquella cidade, desapareceu a grande afluência dos romeiros costumados, que alguns dias antes começavam a viajar, uns a pé, outros em carros puxados por bois, fazendo um agradável descanso nas margens do rio Pitanga (Santiago, 2009, p. 179).

A assertiva do historiador sancristovense, que viveu entre a segunda metade da centúria oitocentista e os primeiros decênios do século XX (Santos, 2023), é reveladora da centralidade das celebrações penitenciais no âmago da população católica provincial. Conforme asseverou o próprio Serafim Santiago, “não há em todo Estado de Sergipe, festa quaresmal que chame tanto a atenção de toda a gente; como a procissão dos Passos em São Christovão” (Santiago, 2009, p. 179). A chamada semana de Passos era marcada pelo deslocamento de romeiros que percorriam as diferentes estradas que levavam à capital e adentravam à cidade por meio de logradouros que ligavam a cidade baixa à chamada “colina sagrada”: as ladeiras de São Bento, de São Gonçalo, do Porto da Banca, do Açougue (Albuquerque, 2024) ou da Boa Viagem.

316

Ao subir essas ladeiras, os romeiros seguiam em direção à Igreja do Convento do Carmo, templo que na manhã da sexta-feira da segunda semana da quaresma se encontrava de portas lacradas. Ali, um reduzido número de antigos devotos da Ordem Terceira do Carmo se reunia após a missa devotada ao Senhor dos Passos para a retirada da aludida imagem de seu nicho na lateral direita da Carmo Pequeno e para armar a charola que sairia nas procissões. Serafim Santiago historiciza esse ato ao narrar que após a missa que o seletivo grupo “cuidadosamente descia do Throno a respeitável Imagem e a conduzia a mãos para a Capella-mor da Egreja do Carmo” (Santiago, 2009, 181). Defronte ao templo, os romeiros aguardavam o momento de contemplação da sagrada imagem. Ao final da manhã, as portas da maior igreja da capital sergipana eram abertas e os sinos do Convento e da Ordem Terceira do Carmo dobravam em notas fúnebres, como um anúncio de que a imagem já se encontrava velada, a espera de seus devotos.

No contrafluxo dos romeiros, naquele insólito ano de 1855, a elite política provincial se deslocava em retirada da capital. Saía da velha urbe em direção às, até então, inóspitas praias do Aracaju. No entendimento de Maria Thetis Nunes, esse movimento “decorrera do Projeto encaminhado à Assembléia Legislativa Provincial convocada, extraordinariamente, pelo Presidente Inácio Joaquim Barbosa para 1º de março de 1855” (Nunes, 2006, p. 127). Ainda de acordo com a historiadora itabaianense, Inácio Barbosa determinou “que as reuniões deveriam ser realizadas no povoado Santo Antônio do Aracaju para evitar perturbações públicas que poderiam ocorrer” (Nunes, 2006, p. 128).

Essa escolha seria decorrente do temor que o aglomerado de devotos em torno das celebrações do Senhor dos Passos se transmutasse em um motim? É plausível, pois a aglomeração descomunal tornava pouco propício discutir um projeto polêmico de retirada da capital. Com isso, no tempo que era tido por grande parte dos sergipanos como a “sagrada semana de Passos” (Santos, 2015; Santos, 2024), nos meandros da política se desdobrava o episódio que marcaria a história provincial, por meio da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju.

A repercussão da Resolução n. 413 de 17 de março de 1855, ao lado do processo de independência da capitania, tornou-se, certamente, um dos problemas mais relevantes da historiografia sergipana no tocante ao século XIX. Ao longo do tempo, diferentes intérpretes do passado estadual lançaram hipóteses, imbuídos do intuito de explicitar as motivações e os agentes responsáveis pela transferência da sede administrativa da província. Sob a pena de historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e, posteriormente, aos quadros universitários, parte significativa dessa produção historiográfica justificou o episódio como resultante das mudanças que ocorreram como uma ação devedora do capricho de individualidades históricas ou no campo econômico e político, conforme foi observado pelo padre Aurélio Vasconcelos de Almeida: “a causa inspiradora da mudança da capital, foi exclusivamente comercial, ou seja econômico-geográfica, tendo por fim, o maior bem comum da Província” (Almeida, 2002, p. 161).

Todavia, é possível pensar a mudança da capital sergipana por meio de outras lentes que, necessariamente, não abandonem as premissas já estabelecidas pela historiografia, mas que considere diferentes evidências que perpassam pelo acontecimento. O evento é revelador de nuances que não devem ser vistas apenas como meras coincidências ou curiosidades históricas. Neste sentido, torna-se plausível pensar a história da mudança da capital por uma lente que aproxime o político e o devocional. Pautado nesta premissa, neste artigo tenho como escopo pensar o entrecruzamento entre a história política e religiosa, por meio da elucidação do episódio da mudança da capital da província de Sergipe nos idos de 1855.

Entendo que a compreensão das experiências pretéritas exige a mobilização de múltiplos aspectos atinentes à realidade social e que a sistematização dos episódios por meio da setorização das ações em diferentes áreas pode comprometer a construção de uma leitura que elucide a complexidade dos eventos históricos. A malha do tempo evidencia nuances que são próprias de cada momento, que desenlaça confluências que por vezes destoam da formulação de perguntas no presente. Ao pensar a sociedade sergipana na centúria oitocentista, torna-se necessário pensar na relação intrínseca

entre a política e religião, notadamente, ao considerar um contexto marcado pela permanência da prerrogativa do padroado régio (Santos, 2024).

Essa correlação entre a mudança da capital e a devoção ao Senhor dos Passos emergiu nos idos de 2003. É uma questão oriunda da tradição oral, pois foi revelada ao realizar uma entrevista com a professora aposentada e que havia sido eleita “a mulher do século XX de São Cristóvão”: Maria Paiva Monteiro. Em sua narrativa sobre a romaria, ela ressaltou que as pessoas costumam dizer que a mudança da capital teria ocorrido em decorrência de ciúmes do Barão de Maruim, que não havia sido convidado pelo Barão da Estância para participar das celebrações do Senhor dos Passos. Esse argumento, apesar de ser instigante, por um longo período manteve-se inexplorado, sendo tratado apenas de modo tangencial (Santos, 2015; Santos, 2024).

318

Assim, imbuído de articular um problema da história política articulada com as questões devocionais, mobilizo as reflexões tecidas por René Rémond, ao defender que a nova história política era “de-sejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade” (Rémond, 2003, p. 17). Pautado neste intuito, aciono o conceito de cultura política, que conforme foi observado por Serge Berstein, implica em “uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa”, ou seja, “supre ao mesmo tempo uma leitura comum de passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto” (Berstein, 1998, p. 351). Com isso, compartilho do argumento de Rémond, no qual “se o político deve-se explicar antes de tudo pelo político, há também o político mais que político” (Rémond, 2003, p. 36).

Para mobilizar esse problema, articulo diferentes tipologias documentais que permitem pensar na confluência entre o político e o devocional. Assim, aciono os registros publicados na imprensa e anais do legislativo ao longo da centúria oitocentista. Essas fontes foram pensadas em cotejo com a produção historiográfica e com textos de memorialistas. Além disso, também discuto a fonte que revelou a existência de uma correlação entre a devoção do Senhor dos Passos e a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju:

trata-se da narrativa oral de Maria Paiva Monteiro, proveniente de uma entrevista realizada em 2003. Penso a tradição oral a partir da concepção defendida por Alessandro Portelli, na qual ela seria:

composta por constructos verbais que são formalizados, transmitidos, compartilhados, ao passo em que as fontes orais do historiador são narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre historiador e narrador (Portelli, 2016, p. 9).

Pautado nesses vestígios históricos, emprego a historiografia para discutir os acontecimentos e os sujeitos envolvidos com o processo da mudança da capital. Também recorro às fontes documentais para pensar os nexos mnemônicos entre o episódio e a devoção ao Senhor dos Passos.

Em um sábado, 17 de março de 1855, foi encaminhado ao presidente de Sergipe o projeto que transferia a capital provincial de São Cristóvão para as praias do Aracaju. O trâmite era resultante da reunião dos deputados, que na véspera, no dia 16, aprovaram o documento que mudaria definitivamente a história política sergipana por meio da Resolução nº 413. Para Epifânio Dória, coube “ao Dr. Ignacio Joaquim Barbosa, então Presidente da Província, dar esse passo grandemente arrojado que veio a abrir novos horizontes a Sergipe pelo contato em que ficou sua capital com a navegação marítima” (Dória, 2009, p. 320-321). Assim, se concretizava o projeto modernizador da pequena província, com a transferência da capital da província de Sergipe, da cidade de São Cristóvão para a jovem Aracaju. Nas palavras de Fernando Porto, esse projeto constituía “um dos atos de mais profunda repercussão na vida sergipana” e “criou a primeira ‘cidade livre’ de Sergipe” (Porto, 1945, p. 21).

O aludido projeto havia tramitado na assembleia legislativa sergipana desde o dia primeiro de março em reuniões realizadas no povoado Santo Antônio do Aracaju, que de acordo com Maria Thetis Nunes, constituía-se de “areias semidesérticas” (Nunes, 2006, p. 139). Distantes da velha capital e da casa legislativa provincial, até então instalada no majestoso sobrado de balcão na desembocadura da Praça São Francisco em São Cristóvão, os legisladores

provinciais aprovaram a ação mais significativa da história política sergipana na segunda metade do século XIX.

No âmbito historiográfico, a transferência da sede administrativa da capital provincial sergipana tornou-se alvo de embates. Conforme foi salientado por Amâncio Cardoso dos Santos Neto, a “transferência da capital de Sergipe, da colonial São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio do Aracaju, em 17 de março de 1855, marcou profundamente tanto a memória quanto a historiografia locais” (Santos Neto, 2016, p. 59). Um modelo engendrado na condenação do evento foi estabelecido por Felisbelo Freire, considerado o pai da historiografia estadual. No seu entendimento:

E nesse estado de decadência da sociedade, essa falta de patriotismo e de civismo de que se ressentia a população de Sergipe de então, revela-se claramente no fato de 1855, altamente atentatório à riqueza particular dos habitantes de São Cristóvão e seu município, – a mudança da capital para o Aracaju que então era uma praia inóspita e inabitada (Freire, 1977, p. 303).

320

A assertiva defendida por Freire evocava a cidade de São Cristóvão como um espaço provido de equipamentos urbanos necessários à uma capital provincial e que tinha como único entrave econômico de ausência de um porto. Todavia, segundo o próprio historiador, tratava-se de um problema que poderia ser mediado com a construção de uma “viação férrea” (Freire, 1977, p. 306). Esse aspecto vinculado à uma apatia cívico-patriótica foi evocado por Manoel dos Passos de Oliveira Telles, que também discorreu sobre um possível arrependimento do presidente Inácio Joaquim Barbosa:

Vejamos outra face de tais reboliços no sucesso eternamente memorável da mudança da capital. O povo amotinado chora a perda de sua capital com imprecações gritos e esconjuros e pragas contra o Presidente da Província. Espalhou-se mesmo que ele arrependido aguardava a serenação da onda popular para desistir do projeto, tendo o chefe de polícia or-

meação imperial. Assim, apesar de existir uma preocupação do poder moderador em evitar conchavos, por meio da nomeação como presidentes provinciais pessoas de naturalidade externa, essa prática não se tornava impeditiva de haver outros interesses ou laços de proximidade construídos no âmbito do poder legislativo.

Possivelmente, esse foi o caso de Inácio Barbosa e o barão sergipano, que estiveram envolvidos em comissões que pautavam a reformulação do espaço nacional. No entendimento de Ibarê Dantas, tendo Inácio Barbosa “assumido em 17.11.1853, o novo governante da Província de Sergipe se revelaria um administrador hábil no relacionamento com as forças locais e operoso gestor, tendo deixado como grande obra a mudança da capital” (Dantas, 2009, p. 79). No referido caso, esse relacionamento com as forças locais começou a ser construída quando ainda ocupava o cargo de deputado geral. Os Annaes do parlamento Brasileiro revelam que eles também trabalharam juntos na “comissão de poderes que tem de examinar os diplomas dos membros da primeira comissão, e são eleitos os Srs: Ignacio Barbosa, com 15 votos; barão de Maruim com 14; João Duarte Lisboa Serra, com 10” (Annaes do Parlamento, 1876, p. 16).

Essas alianças tecidas na capital imperial repercutiram diretamente na política sergipana. A primeira capital, passou a ter a sua história narrada a partir da perda do título, como um espectro do poderio de outrora. Esse aspecto foi ressaltado por Clodomir Silva, ao expressar a correlação entre os dois principais episódios que delineiam a história da cidade:

S. Christovam aguerrida e assediada, tantas vezes perseguida, quantas victoriosas; vibrante de patriotismo contra Gisselingh e contra Andréas, contra Villa Nova e contra os indígenas, e dolorida de angústia quando Ignacio Barbosa arrancou de seu seio, aos clamores do povo, os cofres e os archivos.

S. Christovam, lendário nicho onde vão os aracajuanos ver o echymosado Senhor dos Passos, quando sino grande do Carmo enche de dolentes soluços, à hora do sol-por, a profunda tristeza do vale do Paramopama (Silva, 2019, p. 83).



As palavras do intelectual sergipano evidenciam uma cidade tingida por oposições de deslocamentos. De um lado, carregava a “dolorida angústia” pela perda da condição de capital provincial, arrancada por Inácio Barbosa. Por outro lado, a cidade continuava a exercer a centralidade, ao receber os romeiros do Senhor dos Passos, notadamente, da nova capital, Aracaju. Assim, no passado a população se viu obrigada a deslocar-se para as praias, para trabalhar nos órgãos públicos provinciais transferidos para Aracaju. No presente, essa população trilhava o caminho inverso, retornando à São Cristóvão para acompanhar as celebrações do Senhor dos Passos. A velha cidade permanecia como capital devocional de Sergipe. Além disso, a população de São Cristóvão havia transmutado o sentimento de perda da sede administrativa em praguejamentos permeados pelas experiências devocionais. Clodomir Silva asseverou:

Muitas dessas velhas que praguejavam, sahiram à rua, e, de mão à cabeça, lamentaram-se da catástrophe que as atingia. O ridículo associou-se a essa minguada obra de protesto e os versos chulos surgiram. Entre elles veio também a supplica, reflexo poderoso da índole religiosa do povo, curioso na imperfeição da sua rima analógica:

“São Cristóvão passageiro,
Santo de fazer milagre,
Pelo amor dos sergipanos
Fazei voltar a cidade” (Silva, 2019, p. 126).

A premissa interpretativa de Clodomir Silva elucida os protestos da população como devedores da dimensão religiosa que prevalecia em São Cristóvão. A cidade que recebia os aracajuanos para ver o equimosado Senhor dos Passos clamava “ao santo de fazer milagre” para propiciar o retorno da capital. Isso deveria ocorrer como um ato de amor ao povo sergipano. Pertinentemente, Amâncio Cardoso dos Santos Neto observou que a quadra coligida traz “o apelo ao santo solicitando o retorno da capital para a velha cidade” (Santos Neto, 2016, p. 63).

Todavia, penso que em uma cidade marcada pela grande devoção dos sergipanos, é plausível pensar que esse canonizado evoca-

do na quadra popular não se refere necessariamente ao santo onomástico, mas à figura que centralizava as devoções do estado no emergir do século XX. Corrobora esse argumento o fato da imagem do Cristo sofredor ser considerada milagreira, que reuniaromeiros que pagavam promessas e deixavam ex-votos no claustro da Ordem Terceira do Carmo, conforme atestam autores como Severiano Cardoso (2024) e Manoel dos Passos de Oliveira Telles (2023). Além disso, o verso que clama que o retorno da capital deveria ocorrer pelo amor dos sergipanos, simultaneamente poderia explicitar a devoção da população estadual ao Senhor dos Passos, como também à própria mítica da imagem, encontrada em uma caixa no Rio Paramopama com a inscrição “Para a Cidade de Sergipe”. O sagrado havia entregue a imagem aos sergipanos e eleito São Cristóvão como abrigo. De acordo com Alencar Filho.

324

SENHOR DOS PASSOS

Quaresma – Segundo sábado e domingo

É a maior festa de São Cristóvão depois do Festival de Arte.

São Cristóvão dista de Aracaju apenas 25 km. Estrada asfaltada. Igreja da Ordem Terceira do Carmo Menor. Foi encontrada há muitos anos, no Rio Paramopama, Porto de São Francisco, São Cristóvão. Possui a seguinte inscrição.

“São Cristóvão de Sergipe D’EL REY”.

A procissão é acompanhada por milhares de pessoas que vêm dos mais diferentes do Estado.

Muita gente paga promessas:

Andar descalços, de joelhos, carregar feixes de lenha (Alencar Filho, 1980, p. 125).

Neste sentido, o santo milagreiro de São Cristóvão é de forma recorrente acionado como o mediador dos problemas humanos, inclusive, na seara política estadual. No âmbito da tradição oral, a transferência da capital teria sido motivada por um imbróglio nos preparativos da procissão do Senhor dos Passos, envolvendo os dois principais barões de Sergipe. Nas palavras de Maria Paiva Monteiro:

Sim, Manoel Ferreira, que era diretor do Museu Histórico, apareceu com a história de que o Barão de Maruim, principal animador de carregar a capital daqui... então foi o Barão de Maruim que fez essa mudança, porque ele não foi... o Barão da Estância que era devoto do Senhor dos Passos se esqueceu de convidá-lo e ele ficou com raiva e por isso mudou a capital. Mas isso não tem comprovação (Monteiro, 2003).

A narrativa apresentada pela memorialista de São Cristóvão revelava a mudança da capital como um processo de furto. O título havia sido “carregado” daquelas plagas e levadas para Aracaju. Um ato ilícito que teria sido protagonizado por um sergipano, o afamado Barão de Maruim. O que chama a atenção é que essa tradição oral explica o principal episódio da política sergipana na segunda metade do século XIX como decorrente do capricho individual, um ciúme pela ausência de convite para as celebrações do Senhor dos Passos.

Por um lado, essa leitura reitera a interpretação de parte da historiografia que discorreu sobre o episódio, notadamente, os estudiosos que escreveram entre o final do oitocentos e os primeiros decênios do novecentos, como Felisbelo Freire (1977) e Manoel dos Passos de Oliveira Telles, que asseverou que a mudança teria ocorrido em “consequência do egoísmo, dos desvarios políticos, das ambições de muitos e, sobretudo, do capricho e ressentimento de um só” (Telles, 1916, p. 48). Assim, tanto a historiografia clássica, quanto a tradição evocam aspectos pessoais como motivação para a mudança da capital.

Mas, afinal, haveria alguma possibilidade dessa assertiva sobre a ausência de convite entre os barões para comparecer às celebrações do Senhor dos Passos ter resultado em um ato tão drástico como a retirada do título de capital? Ao longo do século XIX havia convites para membros da elite açucareira para a participação da romaria? No final do século XIX integrava a Ordem Terceira do Carmo a elite açucareira sergipana e como “membros se destacavam os capitães José Pedro de Oliveira, José Joaquim Pereira, Antônio José Pereira e os tenentes Manoel Messias Álvares Pereira, José Florên-

cio dos Santos e João Caetano de Andrade” (Santos; Nunes, 2005, p. 105).

Contudo, a tradição oral sinaliza um acontecimento que não teria ocorrido no âmbito da grande romaria que sempre foi realizada no segundo final da quaresma e que mobilizava um elevado contingente de devotos, incluindo senhores de engenho e pessoas das camadas populares. Os convites ocorriam em outra celebração, a festa do Senhor dos Passos, provida de caráter efusivo e que transcorria em setembro, geralmente, no domingo posterior aos dias da Exaltação da Santa Cruz e de Nossa Senhora da Soledade (respectivamente celebrados nos dias 14 e 15 de setembro). No ano de 1854, em reunião efetivada pelos integrantes da Ordem Terceira do Carmo, foram eleitos como juizes da “Festa do Senhor Bom Jesus dos Passos” para o ano de 1855 o casal Antônio Dias Coelho e Mello e a senhora Dona Lourença Dantas e Mello. O impresso Correio Sergipense assim publicou no dia 11 de novembro de 1854:

326

Juizes à pedido.

O Dr. Antônio Dias Coelho e Mello, e sua mulher a Exma. Snra. D. Lourença Dantas e Mello.

Agentes – Francisco da Motta Rabello e Mariano Alves de Araújo.

1ª. Noute – Todos os snrs Sacerdotes, Muzicos, Armadores, Fogueteiros e a Exma. Snra. Celina filha do Major José Raymundo Costa Carvalho.

Agentes – Firmino Alves Pitanga e Justiniano Pinto da Silveira Salles.

2ª Noute – O Commercio, o Povo da Capital, e os Empregados da Secretaria de Governo.

Agentes – José Pedro de Oliveira, Manoel Carlos de Azevedo, José Raymundo Costa Carvalho e José Pinto da Cruz.

3ª Noute – O Exm. Presidente da Província, Dr. Chefe de Polícia, Juizes de Direito, Municipaes, Promotores Públicos, Delegados, Subdelegados, Juizes de Paz e Escrivães.

Agentes – Roberto Francisco de Carvalho, Benjamim do Prado Leite Salgado, José Florêncio dos Santos e Estácio José d’Almeida Júnior.

4ª Noute – O Commendador Sebastião Gaspar d’Almeida Boto, o Coronel Domingos Dias Coelho e Mello e todos os Proprietários d’Engenhos da Capital e Itaporanga.

Agentes – O Tentente Coronel Domingos Dias Coelho e Mello Júnior, o Tenente Coronel José Guilherme da Silveira Telles, Antônio Rodrigues dos Costias e Manoel Diniz Villas boas.

5ª Noute – O Inspector da Thesouraria Provincial com os Empregados da mesma Thesouraria e todos quantos percebem vencimentos pelos Cofres Provinciaes.

Agentes – João Baptista Salles, Polydoro Pereira da Fonseca Gomes, João Manoel de Souza Pinto e Pedro Antônio Falconery.

6ª Noute – O Inspector da Thesouraria Geral com seos Empregados e todos quantos percebem vencimentos pelos Cofres Geraes.

Agentes – Jenuino Silva Roza Embirussu Camacao, Antônio Fernandes da Silveira Carvalho e Francisco Serafim de Miranda Moura.

7ª Noute – Os Commandantes do Corpo de Policia e Comaphnia Fixa com todos os seos Officiaes, e bem assim todos os Officiaes de 1º Linha effectivos e reformados, o Commandante Superior da Guarda Nacional da capital com todos os Officiaes do seo Commando Superior.

Agentes – O Commandante do Corpo de Policia José Francisco d’Andrade e Silva, o da Companhia Fixa Manoel Agostinho da Silva Moreira, o Capitão Manoel da Cruz e Mello, o Capitão Pedro de Alcântara Salles, o Alferes Manoel José de Menezes.

Cidade de São Christovão de Sergipe 1º de Novembro de 1854 (Correio Sergipense, 11 de novembro de 1854, p. 2).

A tradição oral da população de São Cristóvão preservou a memória sobre o “esquecimento” do Barão da Estância em convidar o Barão de Maruim para as festividades alusivas ao Senhor dos Passos. Como a festa do Bom Jesus acabou desaparecendo do calendário religioso da cidade, a tradição oral associou a ausência de convite à romaria, ou seja, ao evento que continuou a ser realizado na velha urbe.

As narrativas replicadas nas calçadas e nos bancos das igrejas carregam em si episódios históricos que são confirmados por meio da elucidação das fontes. Primeiramente, ressalta-se que realmente os preparativos da Festa do Senhor dos Passos do ano de 1855 esteve sob a organização de Antônio Dias Coelho e Mello, que receberia o título nobiliárquico de Barão da Estância em 1867. Além disso, a lista de personalidades envolvidas como patronas das noites de setenários do Senhor Bom Jesus dos Passos não incluía o nome de João Gomes de Mello, o Barão de Maruim.

Uma ausência que certamente evidencia animosidades entre as duas lideranças políticas e que na memória popular passou a ser explicada não como consequência, mas como causa, o evento-chave da transferência da sede administrativa provincial. O setenário do Senhor dos Passos reunia alguns dos principais nomes da política provincial que vivia na região do Vaza-barris, como Domingos Dias Coelho e Mello, Antônio Dias Coelho e Mello e Sebastião Gaspar d'Almeida Boto, velhos defensores da manutenção da centralidade política de São Cristóvão. Para Sebrão Sobrinho, sendo “Boto o chefe político de maior prestígio, então, da Província, a San-Cristovam deveria estar assegurada a sede do Governo e foi a essa cortina de ferro que o gênio comercial do atilado Barão de Maruim destruiu” (Sebrão Sobrinho, 2005, p. 24).

O ímpeto de João Gomes de Melo em efetivar a mudança da capital teria apresentado um efeito catastrófico. Na tradição oral, o castigo ao “perverso oligarca” teria ocorrido no pós-morte, ao transmutar-se no abjeto besouro *Scarabaeidae*, popularmente conhecido em plagas sergipanas como rola-bosta ou vira-bosta. Nas palavras de Maria Paiva Monteiro:

Eu não acompanho mais a procissão. Mas todos os anos acompanho o encontro e o sermão daqui das janelas da Santa Casa, com as irmãs e as alunas. Todo ano, quando o Senhor dos Passos para na frente do Palácio Provincial... ocorre algo curioso. Tem um besouro, um vira-bostas... que voa sobre a cabeça d'Ele... e dá três voltas. Isso se repete todos os anos. A gente diz que é a alma do Barão de Maruim pedindo perdão



ao Senhor dos Passos por ter retirado a capital daqui e ter levado para Aracaju (Monteiro, 2003).

É necessário pensar na confluência simbólica que perpassa a narrativa sobre a alma do barão transmutada em inseto. Ela expressa inúmeras ações correlatas aos acontecimentos da Paixão de Cristo e à própria liturgia da romaria do Senhor dos Passos. Por um lado, o barão teria sido responsável pelo maior dano à São Cristóvão, cidade que traz a toponímia de ser “aquela que carrega Cristo”. O escárnio acometido ao Cristo flagelado no palácio de Pilatos e nas ruas de Jerusalém perpassava à troça afeita à São Cristóvão, que perdeu seu status de capital em um trâmite legislativo iniciado durante às celebrações de Passos.

Por outro lado, o castigo emergia como uma ação perpétua. Na liturgia o moteto do primeiro Passo lamenta: “Então lembrou-se Pedro das palavras que Jesus lhe dissera: antes que o galo cante, negar-me-ás três vezes. E saindo fora, chorou amargamente” (Santos, 2015). Assim, se Pedro três vezes o negou, o nefasto inseto três vezes o circunda em clemência pelo perdão. Do mesmo modo, como Pedro chorou amargamente e o judeu que negou água a Cristo tornou-se um errante eterno, o barão transformara-se em um inseto a povoar infindamente os excrementos e, no dia em que a cidade volta a exercer a centralidade estadual, com a recepção dos romeiros, o nobre humilhava-se circundado a devotada imagem do Bom Jesus. Essa leitura difundida na tradição oral reafirma o sentimento expresso por Serafim Santiago:

É chegado finalmente o momento em que vou confessar o ódio que conservo, desde tenra idade, peccado pelo qual imploro o perdão a Jesus Christo pela sua divina misericórdia, por isso que tenho necessidade, nesta narração de recorrer as cinzas de alguns christovenses e dos audaciosos: – Barão de Maruim e Doutor Ignacio Joaquim Barbosa. A desastrada miséria de que vou tratar, foi praticada 5 anos antes da minha vinda a este val de lágrimas. Confesso que seria maior o meu ódio, se em 17 de março de 1855, eu assistisse em companhia de meus patrícios o vôo de



ave de rapina – Barão de Maruim – que veio destruir com uma inaudita crueldade, arrastando das margens do Rio Paramopama a mais antiga povoação de Sergipe (...). Respeitando os mortos, continuo a implorar a Deus o meo perdão e o d’elles, que cegos neste mundo não viram o crime que commeteram. O egoísmo e a ignorância fazem da vida um terrível pesadelo e da terra um inferno ardente (Santiago, 2009, p. 94-95).

O texto de Serafim Santiago emerge como uma confissão e clemência por um duplo perdão: do historiador católico, por carregar o sentimento de ódio e dos agentes da mudança, pelos danos causados à cidade de São Cristóvão. O Barão de Maruim emerge na narrativa como o principal vilão, a ave de rapina que voou e roubou a alegria de uma cidade. Neste sentido, as histórias narradas no início do século XX e do XXI se entrelaçam: o Barão continua sobrevoar, a cidade, em menor altura, como uma forma de purgar os males acometidos durante a vida.

Contudo, se ação tida como perversa havia arrancado das margens do Paramopama a capital sergipana, o historiador sancritovense também apresentou esse rio como um espaço de lamúria e resistência, por meio da lenda da cidade de São Cristóvão, que reitera a retórica da perda, em um contexto de romaria do Senhor dos Passos. Teria sido em uma romaria que a velha cidade emergia como “uma matrona, cabisbaixa, triste e chorosa”:

Um jovem romeiro acompanhando sua família a assistir a tradicional procissão dos Passos em São Christóvão; como sabem os leitores, os romeiros quando ali chegam, é logo procurando os rios para tomar banho, comer saboroso peixe e assistir os actos religiosos. Este jovem a quem me refiro, procurava banhar-se em uma das bacias formada pela corrente do Rio Paramopama, e à curta distância divisou uma Matrona sentada ao pé de uma árvore, à margem do referido rio, muito cabisbaixa, triste e chorosa (...). desculpe-me disse elle; com quem estou falando? Ella: com a Mãe Pátria dos christovenses, a ex-Capital de Sergipe de El-Rei, a velha São Christovão (...), hoje meu filho, atirada ao cruel abandono (Santiago, 2009, p. 339).

A pena do historiador foi acionada para criar uma lenda na qual os romeiros às margens do Rio Paramopama ouviam os lamentos de uma cidade triste, abandonada, ultrajada. A escrita do autor elucidava a romaria como o momento de reafirmação da condição de São Cristóvão como capital da fé, a reunir os devotos sergipanos e como oportunidade para narrar a história da mudança da capital e dos seus agentes. O passado compartilhado, no qual a cidade emergia como um fausto pretérito. Elucidava-se também um projeto comum de futuro, desprovido de esperança no retorno da capital, mas orgulhoso da grandeza de sua gente e de sua história. São Cristóvão era uma cidade na qual a felicidade eclodia em uma dupla incongruência: primeiramente, a glória almejada só se tornava possível a partir de sonhos em retrospectiva, com o passado como inspiração e anseio. Além disso, só era possível vislumbrar a sua alegria nos dias de celebração do Senhor dos Passos, com seus sinos em dobras fúnebres, com o ingresso de romeiros que ouviam as campanas como um chamado à Jerusalém de Sergipe.

Com isso, a devoção do Senhor dos Passos pode ser entendida como um elemento relevante na compreensão da transferência da sede administrativa de Sergipe. A confluência de romeiros que anualmente se deslocam para a cidade evidencia a permanência da velha São Cristóvão como capital devocional dos católicos sergipanos, bem como, um fomento à construção de uma cultura política na qual o passado continua a ser acionado e retroalimentado. Curiosamente, o Barão de Maruim edificou em sua cidade uma imponente matriz devotada ao Senhor dos Passos. De igual modo, o primeiro templo aracajuano passou a abrigar uma imagem do Cristo sofredor, mas é o velho nicho da Ordem Terceira do Carmo que continua a congregar os romeiros. Conforme Severiano Cardoso poetizou:

É todo o ano assim! A nossa festa
Foi sempre desejada e concorrida...
“Não vai aos *Passos*”? Pergunta repetida...
E é a última alegria que nos resta...

Dizia isto, em modo prazenteiro,
Uma moçoila muito coradinha,

Picando, na janela, à tesourinha,
Um cartucho do noivo p'ra o tocheiro...

E na rua passava tanta gente,
E o povo se mostrava tão contente,
Que a festa ia de ser de todo boa...

A moça deu um touco arrebitado..
Bobagem, disse ela, neste Estado,
Outros *Passos* farão, mas muito atoa (Cardoso, 2024).

Assim, nas palavras do poeta outros Passos fizeram, em cidades como Itaporanga, Aracaju e Maruim, mas nada igual ao de São Cristóvão, onde a devoção continua a ser a última alegria. Na colina sagrada os sinos que continuam a convidar os sergipanos e a fé que permanece, tornando São Cristóvão a capital da fé.

332



Referências

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Ao Senhor dos Passos: notas sobre a história de uma túnica oitocentista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N. 45, 2025, p. 107-117.
- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. A túnica. In: **Jornal da Cidade**. N. 12.524, Aracaju, 06 de abril de 2014, p. A-7.
- ALENCAR FILHO, Clodoaldo de. **Aracaju etc. & tal**. Aracaju: Desacato, 1980.
- ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de Almeida. **Esboço biográfico de Inácio Barbosa**. Vol. 2. Aracaju: Sercore, 2002.
- ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Resenhas de Projectos e outras questões mais importantes apresentadas e discutidas na legislatura de 1853-1856. In: **Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos senhores deputados, primeiro anno da nona legislatura, 1853**. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Parlamentar, 1876.
- CALASANS, José. **Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe**. Aracaju: Regina, 1942.
- CALASANS, José. **Aracaju e outros temas sergipanos**. 2ª. ed. Aracaju: IHGSE, 2013.
- CARVALHO SOBRINHO, José Sebrão de. **Fragmentos da História de Sergipe**. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1972.

- CARVALHO SOBRINHO, José Sebrão de. **Laudas da História de Aracaju**.
- CORREIO SERGIPENSE. À Pedido, eleição dos Juizes e Mordomos que hão de Festejar o Senhor Bom Jesus dos Passos no anno de 1855. **Correio Sergipense**. N. 84. Aracaju, 11 de novembro de 1854, p. 2.
- DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: o patriarca da Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe (1825-1909)**. Aracaju: Criação, 2009.
- DÓRIA, Epifânio. **Efemérides Sergipanas**. Vol. 1. Aracaju: J. Andrade, 2009.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2ª. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.
- FREITAS, Itamar. **A escrita da história na Casa de Sergipe (1913-1999)**. São Cristóvão/SE: EDUFS, 2002.
- MONTEIRO, Maria Paiva. **Entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos**. São Cristóvão, 6 de dezembro de 2003.
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840-1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PORTO, Fernando. **A Cidade do Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana**. Aracaju: Regina, 1945.
- OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de poder. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. **Textos para a História de Sergipe**. 2ª. ed. São Cristóvão: EDUFS, 2013, p. 155-205.
- SANTIAGO, Enock. Mudança da capital. **Revista de Aracaju**. v. 06, Aracaju, 1957, p. 23-36.
- SANTIAGO, Serafim. **Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão**: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão: EDUFS, 2009.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Caminhos da penitência: a solenidade do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão – Sergipe (1886-1920)**. Aracaju: Criação, 2015.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Carregando as pedras do pecado”: a reforma católica devocional no Sergipe oitocentista. **Saeculum: Revista de História**. n. 33, 2015, p. 201-224.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **O prefácio dos tempos: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão**. Aracaju: Criação, 2024.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Sob a névoa do caminho, uma reza com os pés: a experiência dos espaços na romaria do Senhor dos Passos. SOUSA,

Antônio Lindvaldo; SANTOS, Claudefranklin Monteiro (Orgs.) **Clio Digital**. Aracaju: Criação, p. 145-161.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Uma história de pés descalços: os ex-votos e a experiência dos romeiros do Senhor dos Passos de São Cristóvão (Sergipe, Brasil). **Revista Brasileira de História das Religiões**. N. 34, 2019, p. 173-200.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Uma província em procissão**: práticas devocionais em Sergipe oitocentista. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2019.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Versado nestas histórias e indagador destas antiquilhas”: os fazeres historiográficos de Serafim Santiago (1914-1932). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. V. 1, n. 53, 2023, p. 139-164.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na trilha dos Passos do Senhor: a devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão/Se. **Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão**. V. 2, 2005, p. 97-110.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. Musa Sancristovense: quadras populares contra a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, 1855. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. V. 1, n. 46, 2016, p. 1-15.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. 1ª reimpressão. Aracaju: Infographics, 2019.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Ao romper do século XX: o município de São Cristóvão. In: MECENAS, Ane; SANTOS, Magno; CARVALHO, Angélica de (Orgs.). **Ao romper do século XX**: o município de São Cristóvão por Manuel dos Passos de Oliveira Telles. Aracaju: Criação, 2023.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Salve Aracaju: 17 de março de 1855, 17 de março de 1905. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. V. 3, n. 6, 1916, p. 45-53.

